

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. – TSLE**

Pelo presente instrumento,

**TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. – TSLE**, sociedade anônima, sem registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, nº 999, sala Z, Pantanal, CEP 88040-901 inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.969/0001-29, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora");

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu representante legal devidamente autorizado, representando a comunhão dos titulares das debêntures ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Emissora" ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÕES**

**1.1. Autorização da Emissão e da Constituição e Compartilhamento das Garantias pela Emissora**

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações tomadas em (i) Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada



em 23 de novembro de 2016 ("AGE da Emissora") e (ii) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 16 de novembro de 2016, nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definidas na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a outorga da cessão fiduciária de direitos prevista na Cláusula 4.16.1 (i) abaixo e o seu compartilhamento na forma prevista na Cláusula 4.17 abaixo; e (c) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas na AGE da Emissora, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

## **1.2. Autorização da Constituição e Compartilhamento das Garantias pelas acionistas**

1.2.1. A constituição do penhor de ações previsto na Cláusula 4.16.1 (ii) abaixo e o seu compartilhamento na forma prevista na Cláusula 4.17 abaixo, bem como a assunção das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão foram aprovadas:

(i) pela **COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT**, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, 7º andar, sala 722, Jardim Carvalho, CEP 91410-400, inscrita no CNPJ sob o nº 92.715.812/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("CEEE-GT"), com base na 545ª Reunião do Conselho de Administração da CEEE-GT, realizada em 24 de outubro de 2016; e

(ii) pela **ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, nº 999, Pantanal, CEP 88040-901, inscrita no CNPJ sob o nº 00.073.957/0001-68, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("ELETROSUL" e, em conjunto com CEEE-GT, "Acionistas"), com base na Reunião do Conselho de Administração da ELETROSUL, realizada em 31 de outubro de 2014, e na Reunião do Conselho de Administração da ELETROSUL, realizada em 21 de junho de 2016.

Handwritten signature in blue ink, followed by a blue circular stamp containing a stylized logo and the number 2.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em série única ("Emissão"), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), nos termos desta Escritura de Emissão, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários da Emissora**

2.1.1. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") e será publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no Jornal Notícias do Dia ("Jornais de Publicação da Emissora").

2.1.2. Os atos societários da Emissora, relacionados à Emissão, às Garantias, ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e às Debêntures, que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCESC, bem como serão publicados nos Jornais de Publicação da Emissora.

### **2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários das Acionistas**

2.2.1. As atas das aprovações societárias das Acionistas, referidas na Cláusula 1.2 acima, serão, respectivamente, arquivadas perante a JUCESC e a Junta Comercial do Estado de Rio Grande do Sul e publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, no Jornal Notícias do Dia e no Jornal Zero Hora, respectivamente.

### **2.3. Arquivamento da Escritura de Emissão e seus Aditamentos na Junta Comercial**

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão protocolados na JUCESC, para arquivamento, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de



assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos em até 5 (cinco) Dias Úteis após o respectivo arquivamento.

**2.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

2.4.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários: A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários").

2.4.2. Registro na ANBIMA: A Emissão será registrada na ANBIMA, exclusivamente para compor a base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, ambos do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários". Entretanto, o cumprimento da obrigação fica condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder, de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido código.

**2.5. Registro das Garantias**

2.5.1. Os Contratos de Garantia (conforme definido na Cláusula 4.16.1) e o Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido na Cláusula 4.17.1), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a estes contratos, serão celebrados e levados a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades descritas em cada um dos respectivos contratos, bem como no domicílio de eventuais novas partes dos Contratos de Garantia e dos seus eventuais respectivos aditamentos, conforme especificado nos respectivos instrumentos, em até 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros.

2.5.2. O penhor e o Aditivo ao Contrato de Penhor (conforme definido no inciso (b) do item (ii) da Cláusula 4.16.1) serão averbados, em até 5 (cinco) dias da assinatura do Aditivo ao Contrato de Penhor, no Livro de



4

Registro de Ações Nominativas da Emissora, ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às Acionistas, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, enquanto as ações da Emissora forem escriturais. Cópia autenticada integral dos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora ou do extrato da conta de depósito emitido pela instituição financeira responsável pela prestação de serviço de escrituração das ações da Emissora, conforme o caso, contemplando a referida averbação, sendo certo que, caso as ações sejam escriturais, será necessário também o envio da declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, comprobatória da referida averbação, deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após a averbação em questão.

## **2.6. Distribuição e Negociação**

2.6.1. As Debêntures (conforme definido na Cláusula 3.4.1 abaixo) serão depositadas para:

- (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a respectiva distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.6.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados (nos termos da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos investidores qualificados, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento pela Emissora das obrigações constantes do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.



## **2.7. Enquadramento do Projeto**

2.7.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido na Cláusula 3.8 abaixo) como prioritário, por meio da Portaria nº 401, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, em 12 de novembro de 2013 ("Anexo A"), publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2013 ("Portaria"), anexa à presente Escritura de Emissão, como Anexo A.

### **CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMIÇÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

A Emissora tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, sob regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, tal como definido no Contrato de Concessão nº 020/2012 – ANEEL, celebrado em 27 de agosto de 2012 ("Contrato de Concessão"), entre a Emissora e a União Federal, por intermédio da ANEEL ("Poder Concedente").

#### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão, de debêntures da Emissora.

#### **3.3. Data de Emissão**

3.3.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures (conforme definidas na Cláusula 3.4.1 abaixo) é o dia 15 de dezembro de 2016 ("Data de Emissão").

#### **3.4. Número de Séries**

3.4.1. A Emissão será realizada em série única ("Debêntures").



6

### 3.5. Valor Total da Emissão

3.5.1. O valor total da Emissão será de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

### 3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, em regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A., com escritório em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 10º, 11º, 12º, 14º e 15º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26 ("Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da 1ª (primeira) Emissão da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. – TSLE", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.6.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme definido abaixo).

3.6.3. As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.6.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados "Investidores Profissionais" aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução CVM 539, quais sejam: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da referida instrução; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em



relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes, observado que, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários, cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.

- 3.6.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, especialmente, mas não limitadamente, a respectiva condição de Investidor Profissional e que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definidos na Cláusula 4.16).
- 3.6.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Profissionais.
- 3.6.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em subscrever as Debêntures.
- 3.6.8. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.
- 3.6.9. Considerando que a distribuição pública das Debêntures ocorrerá em regime de garantia firme de colocação nos termos da Cláusula 3.6.1 acima, a garantia firme abrangerá o Valor Total da Emissão.

### **3.7. Banco Liquidante e Escriturador**

- 3.7.1. O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede em Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 atuará como banco liquidante ("Banco Liquidante") e como escriturador das Debêntures ("Escriturador"), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador. O

 8

Escriturador será também responsável pela custódia e escrituração das Debêntures.

### 3.8. Destinação dos Recursos

- 3.8.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, os recursos líquidos captados pela Emissora, por meio da Emissão das Debêntures, serão utilizados exclusivamente para o objetivo do Projeto, conforme detalhado abaixo:

<b>Objetivo do Projeto</b>	Execução de obras civis, montagem e demais itens gerais financiáveis necessários à Implantação da linha de transmissão Nova Santa Rita - Povo Novo - Marmeleiro - Santa Vitória, em 525 kV, e das subestações de Povo Novo, Marmeleiro e Santa Vitória do Palmar, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul; e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, necessários ao Projeto, à exceção dos seguintes: ônibus, chassis e carrocerias para ônibus, caminhões, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, chassis e carrocerias para caminhões, aí incluídos semirreboques tipo <i>dolly</i> e afins, carros-fortes e equipamentos especiais adaptáveis a chassis, tais como plataformas, guindastes, betoneiras, compactadores de lixo e tanques, bem como eventuais futuras expansões, desde que sejam devidamente autorizadas pelo Poder Concedente ("Projeto").
<b>Data do início do Projeto</b>	28 de agosto de 2012.
<b>Fase atual do Projeto</b>	Na presente data, o Projeto está 100% (cem por cento) concluído e operacional, restando apenas os investimentos de reforço solicitados pela ANEEL na Resolução nº 4.916, desvinculada do Projeto, os quais estão com a implementação 5% (cinco por cento) concluída.
<b>Volume estimado de recursos financeiros necessários para a</b>	Os recursos estimados para os investimentos de reforço solicitados pela ANEEL na Resolução nº 4.916 são de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais).



realização do Projeto	
Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto	R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures	Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente utilizados no Objetivo do Projeto conforme definido acima.
Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes das Debêntures	Aproximadamente 17% (dezessete por cento) do investimento total, considerando-se a colocação da totalidade das Debêntures.

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

- 4.1.1. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.
- 4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real.
- 4.1.4. **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, pelo seu Valor Nominal Atualizado (conforme definido na Cláusula 4.2.1 abaixo) acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.2.2 abaixo), calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures previstas na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo seu respectivo Valor Nominal Atualizado, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios das Debêntures devidos, e em observância ao artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431 e ao artigo 1º da Resolução 3.947 do Conselho Monetário Nacional, as Debêntures terão prazo de vigência até 15 de dezembro de 2030 ("Data de Vencimento das Debêntures").

4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures.

#### 4.2. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das Debêntures

As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:

##### 4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures:

4.2.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e



C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de Dias Úteis entre Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se "Data de Aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

Se até a data de aniversário das Debêntures o NIK não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NIK na apuração do Fator "C" um número-índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA ("Número Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI<sub>kp</sub> = Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.2.1.2. Para fins dessa Escritura de Emissão "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.2.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora,



observados a boa fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.4. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora referida na Cláusula 4.2.1.3 acima, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora, na Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim, ou caso a Taxa Substitutiva venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431, a Emissora e os Debenturistas deverão, de comum acordo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da referida Assembleia Geral de Debenturistas ou da referida perda do benefício, nomear perito independente ("Perito Independente") para determinação do novo índice de atualização, o qual deverá refletir ao máximo o IPCA, e que será exclusivo e vinculante à Emissora e aos Debenturistas ("Novo Índice"). Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures continuará sendo a estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o Novo Índice determinado pelo Perito Independente. Caso a Taxa Substitutiva ou o Novo Índice, conforme o caso, seja referenciado em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a Taxa Substitutiva ou o Novo Índice, conforme o caso, deverá ser ajustado de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. As despesas com a contratação do Perito Independente serão de responsabilidade da Emissora.

4.2.1.6. Em qualquer hipótese, caso o IPCA volte a ser divulgado ou caso venha a ser estabelecido um substituto legal para o IPCA após a determinação da Taxa Substitutiva ou do Novo Índice, conforme o caso, o IPCA voltará, desde o dia de sua divulgação, ou, conforme o caso, o



Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page.

seu substituto legal passará, desde a data em que passe a vigor, a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, incidindo retroativamente à Data de Aniversário, conforme definida no item 4.2.1.1 desta Cláusula IV, do mês imediatamente anterior à sua divulgação, sendo, portanto, dispensada a realização da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre este assunto.

#### 4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures:

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures, incidirão juros remuneratórios de 7,5651% (sete inteiros e cinco mil, seiscentos e cinquenta e um décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão incidentes a partir da Data de Emissão, da Data de Incorporação imediatamente anterior, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.3.1 abaixo), calculado em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Atualizado das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = 7,5651 (sete inteiros e cinco mil, seiscentos e cinquenta e um décimos de milésimos); e



DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, a última Data de Incorporação ou última Data de Pagamento de Juros Remuneratórios e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

#### **4.3. Período de Capitalização; Capitalização de Juros Remuneratórios das Debêntures:**

4.3.1. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou na Data de Incorporação (conforme abaixo definido) imediatamente anterior ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures, e termina na Data de Incorporação (conforme abaixo definido) ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

4.3.2. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão apurados nas datas indicadas abaixo e incorporados ou pagos, conforme o caso, nestas mesmas datas (cada uma das datas abaixo, uma "Data de Incorporação" ou "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios", conforme aplicável):

4.3.2.1. Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão apurados semestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo certo que: (i) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures será realizado em 15 de junho de 2017 (data do primeiro pagamento); e (ii) os demais pagamentos de Juros Remuneratórios das Debêntures ocorrerão sucessivamente a cada data de apuração, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures. Farão jus aos Juros Remuneratórios das Debêntures aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, conforme o caso.



#### 4.4. Amortização do Valor Nominal Atualizado

4.4.1. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 28 (vinte e oito) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma descrito na 1ª coluna da tabela a seguir (Datas de Amortização das Debêntures) e percentuais descritos na 3ª coluna da tabela a seguir (Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser amortizado). Os percentuais descritos na 2ª coluna da tabela a seguir (Proporção do Valor Nominal Unitário a ser amortizado) são meramente referenciais, calculados de acordo com a proporção do Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, a ser amortizado na respectiva data de amortização, conforme descrito na 3ª coluna.

<b>Data de Amortização</b>	<b>Proporção do Valor Nominal Unitário de Emissão a ser amortizado</b>	<b>Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser amortizado</b>
15 de junho de 2017	1.2500%	1.2500%
15 de dezembro de 2017	1.2500%	1.2658%
15 de junho de 2018	1.2500%	1.2821%
15 de dezembro de 2018	1.2500%	1.2987%
15 de junho de 2019	1.0000%	1.0526%
15 de dezembro de 2019	1.0000%	1.0638%
15 de junho de 2020	1.1250%	1.2097%
15 de dezembro de 2020	1.1250%	1.2245%
15 de junho de 2021	1.2500%	1.3774%
15 de dezembro de 2021	1.2500%	1.3966%
15 de junho de 2022	1.0000%	1.1331%
15 de dezembro de 2022	1.0000%	1.1461%
15 de junho de 2023	2.2500%	2.6087%



15 de dezembro de 2023	2.2500%	2.6786%
15 de junho de 2024	3.2500%	3.9755%
15 de dezembro de 2024	3.2500%	4.1401%
15 de junho de 2025	2.5000%	3.3223%
15 de dezembro de 2025	2.5000%	3.4364%
15 de junho de 2026	2.5000%	3.5587%
15 de dezembro de 2026	2.5000%	3.6900%
15 de junho de 2027	2.5000%	3.8314%
15 de dezembro de 2027	2.5000%	3.9841%
15 de junho de 2028	2.2500%	3.7344%
15 de dezembro de 2028	2.2500%	3.8793%
15 de junho de 2029	11.2500%	20.1794%
15 de dezembro de 2029	11.2500%	25.2809%
15 de junho de 2030	16.6250%	50.0000%
15 de dezembro de 2030	16.6250%	Saldo do Valor Nominal Atualizado

#### 4.5. Local de Pagamento

- 4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, na data de cada pagamento, terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim, ou ainda na sede da Emissora, se for o caso.

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

- 4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros atualização monetária ou de qualquer encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com qualquer dia que não seja um Dia Útil.

#### **4.7. Encargos Moratórios**

- 4.7.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (i) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*; e (ii) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

- 4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios das Debêntures ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.9. Repactuação**

- 4.9.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### **4.10. Amortização Extraordinária**

- 4.10.1. As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.

#### **4.11. Resgate Antecipado Facultativo**

- 4.11.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.476, de 11 de abril de 2016 ("Resolução CMN 4.476"), após 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de dezembro de 2020, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total").
- 4.11.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser precedido de envio de comunicação individual aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP, no endereço e na forma disposta na Cláusula 10.1.1; ou, alternativamente, a exclusivo critério da Emissora, de publicação de Aviso aos Debenturistas (conforme abaixo definido), nos termos da Cláusula 4.13.1, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo Total, o qual deverá ser calculado conforme item 4.11.5 adiante; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.
- 4.11.3. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito nos termos da Cláusula 4.5.1 desta Escritura de Emissão.
- 4.11.4. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta cláusula, serão obrigatoriamente canceladas.
- 4.11.5. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo") será equivalente ao previsto no item (A) acrescido de um prêmio positivo calculado conforme metodologia apresentada no item (B) abaixo, ("Prêmio de Resgate Antecipado"):
- (A) Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da última Data de Incorporação ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total;
- (B) Diferença da (i) soma do valor de cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário e dos Juros Remuneratórios das Debêntures devidos e

não pagos, desde a Data do Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento, sendo esta soma trazida a valor presente até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme fórmula abaixo, utilizando-se uma taxa percentual ao ano ("Taxa de Desconto"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, que corresponderá a taxa percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, do Tesouro IPCA+ com juros anuais e *duration* equivalente a *duration* das Debêntures e (ii) o valor indicado na letra (A) da Cláusula 4.11.5 acima, desde que essa diferença seja positiva e maior do que 0 (zero):

$$B = \sum_{k=1}^n \left( \frac{VNeK}{FVP_k} \times Cresgate \right)$$

Onde:

VNeK = valor de cada uma das parcelas vincendas "k" das Debêntures, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao valor de cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados desde a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data de cada pagamento "k" em questão apurado conforme Cláusula 4.2.2.1;

N = número total de parcelas ainda não amortizadas das Debêntures, conforme o caso, sendo "n" um número inteiro;

Cresgate = fator da variação acumulada do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão até a Data de Resgate Antecipado;

FVP<sub>k</sub> = fator de valor presente apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVP_k = (1 + fator)^{\frac{nk}{252}}$$

fator = taxa anual indicativa divulgada pela ANBIMA para o Tesouro IPCA+ com juros anuais e *duration* equivalente a *duration* das Debêntures, apurada no 3º (terceiro) Dia Útil imediatamente anterior à Data de Resgate Antecipado, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais; e

nk = número de dias úteis entre a Data de Resgate Antecipado, inclusive, e a data programada de cada parcela "k" vincenda, exclusive.

A *duration* será calculada como:

$$D = \frac{\sum_{k=1}^n nk \left( \frac{VNeK}{FVPk} \times Cresgate \right)}{B \times 252}$$

Onde:

D = *Duration* em anos, calculada com 4 (quatro) casas decimais, com arredondamento;

Nk = acima definido;

VNeK = acima definido;

FVPk = acima definido;

Cresgate = acima definido; e

B = acima definido.

#### **4.12. Aquisição Facultativa**

- 4.12.1. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Atualizado, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Atualizado, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta cláusula poderão: (i) ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Atualização Monetária e aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

#### **4.13. Publicidade**

- 4.13.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Emissora ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ("Avisos aos Debenturistas"). observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. Caso a Emissora altere qualquer dos Jornais de Publicação da Emissora após a data de celebração desta Escritura de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário e publicar nos Jornais de Publicação da Emissora anteriormente utilizados, a fim de informar o(s) novo(s) veículo(s).

#### **4.14. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

- 4.14.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("Debenturistas"). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### **4.15. Tratamento Tributário**

- 4.15.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.
- 4.15.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.
- 4.15.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.15.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição



normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador ou pela Emissora.

4.15.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.8, dando causa a seu desenquadramento da Lei 12.431, a Emissora deverá arcar com o custo da alíquota tributária adicional (diferença entre a alíquota tributária normal e a alíquota tributária beneficiada), aplicada em eventual caso de desvio na aplicação dos investimentos, incidentes sobre os pagamentos, remuneração e reembolso devidos aos Debenturistas, sem prejuízo da multa, a ser paga nos termos do §5º, 6º e 7º do artigo 2º da Lei 12.431, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor captado não alocado no Projeto.

4.15.5. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão, em ambos os casos, estritamente do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida lei, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

#### **4.16. Garantias Reais**

4.16.1. Como condição precedente à subscrição e integralização das Debêntures, os instrumentos contratuais abaixo descritos serão celebrados e registrados nos cartórios competentes descritos nos respectivos instrumentos, para assegurar, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.17 abaixo, o fiel, integral e pontual cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, inclusive qualquer pagamento a título de amortização do respectivo valor nominal, Atualização Monetária, Juros Remuneratórios das Debêntures e Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como das demais obrigações

pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturista na excussão e/ou execução das garantias previstas nesta Escritura de Emissão ("Garantias Reais" ou "Garantias");

- (i) **CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS:** a Emissora cederá fiduciariamente, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade dos direitos de que é titular, em decorrência do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitando, a:
- a) os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, prevista no Contrato de Concessão e no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 037/2012, este último firmado entre a Emissora e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, em 27 de outubro de 2012, incluindo a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão;
  - b) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Emissora nos termos do Contrato de Concessão;
  - c) os direitos creditórios das contas vinculadas previstas no Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária. As contas vinculadas previstas no Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária são (i) conta centralizadora; (ii) conta reserva do BNDES; (iii) conta de pagamento das debêntures; e (iv) conta reserva das debêntures; e
  - d) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão.

A constituição da cessão fiduciária em questão em favor dos Debenturistas será formalizada por meio de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, celebrado entre a



Emissora, o BNDES e o Banco Bradesco S.A., em 23 de dezembro de 2014 ("Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária").

(ii) **PENHOR DE AÇÕES:** as Acionistas darão, em caráter irrevogável e irretratável, em penhor em favor dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, ações representativas da totalidade do capital social da Emissora, sendo de propriedade da ELETROSUL 17.345.100 (dezessete milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e cem) ações, correspondentes a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Emissora, na Data da Emissão, e de propriedade da CEEE-GT 16.664.900 (dezesseis milhões, seiscentos e sessenta e quatro e novecentas) ações, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da Emissora, na Data da Emissão, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Emissora, na Data de Emissão. O penhor de ações abrangerá todos os direitos, existentes e futuros, decorrentes das ações representando o capital social da Emissora, incluindo:

- a) todas as ações representativas do capital da Emissora de titularidade das Acionistas, inscritas até esta data, correspondentes a 34.010.000 (trinta e quatro milhões e dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações");
- b) todas as novas ações de emissão da Emissora que as Acionistas venham a subscrever ou adquirir no futuro, bem como seus respectivos rendimentos, durante a vigência do Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre as Acionistas e o BNDES, com a interveniência da Emissora, em 26 de dezembro de 2014 ("Contrato de Penhor"), seja na forma dos artigos 167, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, seja por força de bonificações, desmembramentos ou grupamentos das Ações, seja por consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as Ações originalmente empenhadas, as quais, uma vez adquiridas pelas Acionistas, integrarão, automaticamente e independentemente de qualquer

formalidade adicional, a definição de Ações para todos os fins e efeitos de direito, e ficarão automaticamente integradas ao penhor, aplicando-se às mesmas todos os termos e condições do Contrato de Penhor;

- c) todos os frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos ou juros sobre capital próprio, em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos, creditados ou pagos pela Emissora em relação às Ações, de propriedade das Acionistas, bem como ações decorrentes de debêntures conversíveis, partes beneficiárias, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação das Acionistas no capital social da Emissora, além dos direitos de preferência e opções, que venham a ser subscritos ou adquiridos pelas Acionistas até a liquidação da presente Emissão;
- d) todos os valores e bens recebidos ou, de qualquer forma, distribuídos às Acionistas a título de qualquer cobrança, permuta, venda ou outra forma de disposição de qualquer das Ações, de quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas e de quaisquer outros bens ou títulos sujeitos ao Contrato de Penhor, incluindo qualquer depósito, valor mobiliário ou título negociável; e
- e) todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens ou direitos eventualmente adquiridos pelas Acionistas com o produto da realização dos bens objeto da garantia mencionada nos incisos (a) a (d) do presente item (ii).

A constituição do penhor em questão em favor dos Debenturistas será formalizada por meio de aditamento ao Contrato de Penhor ("Aditivo ao Contrato de Penhor") e, em conjunto com o Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia").



- 4.16.2. A Emissora obriga-se a, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária, comprovar ao Agente Fiduciário a ciência a respeito da cessão fiduciária mencionada na Cláusula 4.16.1, inciso (i), mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos: (a) ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, na qualidade de representante dos usuários do sistema de transmissão prestado pela Emissora, para que os pagamentos decorrentes da prestação de serviços de transmissão sejam efetuados nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, devidamente aditado pelo Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária; (b) à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL"); e (c) a qualquer outra pessoa contra a qual a Emissora detenha direitos a serem cedidos fiduciariamente, e a quem mais seja necessário, conforme a legislação em vigor. Na hipótese de a ANEEL exigir que a Emissora notifique o Ministério de Minas e Energia – MME ("Exigência da ANEEL"), a Emissora obriga-se, observado os termos desta cláusula, a no prazo que for menor entre (i) aquele for concedido pela ANEEL para notificação; e (ii) 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da Exigência da ANEEL, a comprovar ao Agente Fiduciário a ciência da ANEEL a respeito da cessão fiduciária mencionada na Cláusula 4.16.1, inciso (i).
- 4.16.3. A Emissora obriga-se, ainda, a providenciar, previamente à subscrição e integralização das Debêntures, a averbação do penhor das Ações descrito na Cláusula 4.16.1 (ii) no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Emissora, e/ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às Acionistas, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, enquanto as ações da Emissora forem escriturais.
- 4.16.4 A Emissora obriga-se a registrar os Contratos de Garantia mencionados nos itens (i) e (ii) da Cláusula 4.16.1 acima, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades descritas em cada um dos respectivos contratos, previamente à subscrição e integralização das Debêntures.
- 4.16.5. A Emissora se obriga a nomear, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 684 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), o Agente Fiduciário, na qualidade de

representante da comunhão dos Debenturistas, como seu procurador, nos prazos e termos previstos nos Contratos de Garantia.

#### **4.17. Compartilhamento das Garantias**

4.17.1. As Garantias Reais descritas na Cláusula 4.16 acima serão compartilhadas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, e proporcionalmente ao respectivo saldo devedor, com a dívida decorrente do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0981,1, celebrado em 23 de dezembro de 2014, com o BNDES, na modalidade FINEM ("Contrato de Financiamento") e, futuramente, com o Contrato de Financiamento a ser celebrado entre a Emissora e o BNDES em decorrência dos investimentos em reforços autorizados pela ANEEL pela Resolução nº 4.916 (conforme definido abaixo), por meio da celebração dos aditivos aos Contratos de Garantia e de Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, a ser celebrado entre BNDES, o Agente Fiduciário e a Emissora na qualidade de Interviente Anuente ("Contrato de Compartilhamento de Garantias").

#### **4.18. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures**

4.18.1. A Emissora obriga-se a providenciar e enviar ao Agente Fiduciário, previamente à data programada para envio da ordem de subscrição e integralização das Debêntures pelos investidores:

- (i) 1 (uma) cópia autenticada integral dos livros de "Registro de Ações Nominativas" da Emissora com a averbação do Contrato de Penhor e do penhor das Ações descrito na Cláusula 4.16.1 (ii) e/ou declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, comprobatória da referida averbação nos livros e sistemas de tal instituição financeira, devendo a averbação do penhor das Ações descrito na Cláusula 4.16.1 (ii) ser anotada no extrato da conta de depósito fornecido às Acionistas, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (a) a quantidade de ações empenhadas; (b) o percentual que estas ações representam do capital social total da Emissora das ações empenhadas; e (c) em favor de quem as ações se encontram empenhadas;



- (ii) 1 (uma) via original de cada um dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, mencionados nos itens (i) e (ii) da Cláusula 4.16.1 e na Cláusula 4.17 acima, registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas cidades descritas em cada um dos respectivos instrumentos;
- (iii) 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão arquivada perante a JUCESC; e
- (iv) 1 (uma) cópia do relatório publicado por agência de classificação dentre Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina com classificação de risco (*rating*) preliminar das Debêntures.

4.18.2. O Agente Fiduciário deverá verificar a regularidade da constituição das Garantias e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, incluindo os devidos registros e averbações mencionados nesta Escritura de Emissão, assim como o pleno atendimento das condições estipuladas na Cláusula 4.18.1 previamente à subscrição e integralização das Debêntures.

## **CLÁUSULA V**

### **VENCIMENTO ANTECIPADO**

- 5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.10 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures devidos, calculados *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento da Emissora, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento");
- (i) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, dos Juros Remuneratórios das Debêntures ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, sem que tal descumprimento seja sanado

pela Emissora no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo vencimento;

- (ii) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou de requerimento de falência ou de qualquer outra espécie de concurso de credores relativo à Emissora formulado por terceiros, desde que não tenha sido elidido no prazo legal;
- (iii) extinção da concessão para executar o Projeto objeto do Contrato de Concessão;
- (iv) declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento e/ou de qualquer financiamento contratado com o BNDES e/ou suas subsidiárias;
- (v) a transformação da Emissora em outro tipo societário;
- (vi) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, independentemente do deferimento ou não pelo juízo;
- (vii) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora ou por seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, observado o devido processo legal;
- (viii) constituição pela Emissora e/ou pelas Acionistas, sem a prévia aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos, exceto para fins de compartilhamento das referidas garantias com a dívida decorrente de financiamento a ser tomado junto ao BNDES, no valor, individual ou agregado, de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exclusivamente para fins de investimentos em reforços autorizados pela ANEEL, conforme a Resolução Autorizativa nº 4.916, de 19 de novembro de 2014 ("Resolução nº 4.916");



- (ix) descumprimento (a) pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido; ou (b) pela Emissora, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantias e demais documentos da Oferta Restrita dos quais fazem parte, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos;
- (x) concessão pela Emissora de preferência a outros créditos, assunção de novas dívidas, emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário sem a prévia aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ressalvadas as seguintes hipóteses: (a) dívidas em valor, individual ou agregado, inferior ao limite de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a critério da Emissora; e (b) dívidas de longo prazo contratadas junto ao BNDES, no valor, individual ou agregado, de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ("Endividamento Capex"), desde que exclusivamente para fins de investimentos em reforços autorizados pela ANEEL, conforme a Resolução nº 4.916;
- (xi) celebração de contratos de mútuo, pela Emissora, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ressalvada a hipótese de dívidas: (a) no valor de até R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), contratadas pela Emissora na qualidade de mutuária, destinadas exclusivamente para financiar os investimentos em reforços autorizados pela ANEEL, conforme a Resolução nº 4.916; e (b) autorizadas nos termos da alínea "a" do inciso "x" desta Cláusula 5.1, em ambos os casos a serem tomadas pela Emissora diretamente junto a seus acionistas;
- (xii) resgate, amortização ou bonificação de ações, ou distribuição, pela Emissora, de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou ainda a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sem prévia aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto (I) quando: (a) o índice de cobertura do serviço da

dívida ("ICSD") for superior a 1,20x (um inteiro e vinte centésimos) por 2 (dois) anos consecutivos, calculado a partir da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, conforme definições e metodologia de cálculo constantes no "Anexo B" à presente Escritura de Emissão; e (b) o ICSD Projetado (conforme definido abaixo) para o ano subsequente for superior a 1,20x (um inteiro e vinte centésimos), calculado conforme definições e metodologia de cálculo constantes no Anexo B à presente Escritura de Emissão, ou (II) pelo reembolso, aos Acionistas da Emissora, dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizados exclusivamente para financiar os gastos e despesas decorrentes do Projeto descrito na Cláusula 3.8.1 até a celebração desta Escritura de Emissão, observado o valor máximo de R\$71.500.000,00 (setenta e um milhões e quinhentos mil reais). Para os fins deste item, "ICSD Projetado" significa o ICSD projetado para os 12 (doze) meses subsequentes, conforme calculado pela Emissora com base, dentre outros dados: (i) na expectativa da variação do IPCA divulgada no último relatório FOCUS publicado pelo Banco Central do Brasil; (ii) nas projeções de despesas de operação e manutenção, definidas como sendo o valor de despesas operacionais do exercício anterior acrescido na expectativa da variação do IPCA divulgada no último relatório FOCUS publicado pelo Banco Central do Brasil;

- (xiii) observado o disposto na alínea (xii) acima, realização de resgate, amortização ou bonificação de ações, ou distribuição, pela Emissora, de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou ainda a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, quando a Emissora estiver em mora perante os Debenturistas;
- (xiv) não atingimento, pela Emissora, por 3 (três) anos seguidos ou 4 (quatro) anos intercalados, do ICSD mínimo de 1,2x (um inteiro e dois décimos), com base na demonstração financeira anual da Emissora, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, conforme metodologia de cálculo constante do "Anexo B" à presente Escritura de Emissão;
- (xv) redução de capital social da Emissora, independentemente de distribuição de recursos às suas acionistas diretas ou indiretas, sem a prévia aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de



Debenturistas, titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto se a redução do capital ocorrer por força de determinação legal ou regulamentar, ou conforme permitido pelo Contrato de Concessão;

- (xvi) declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo vencimento;
- (xvii) protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário que: (a) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou (b) forem prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
- (xviii) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM, nos termos da Cláusula 6.1, inciso (i)(a) abaixo;
- (xix) se as Garantias tornarem-se ineficazes, inexecutáveis ou inválidas ou não forem mais suficientes para assegurar o pagamento da importância devida e não forem substituídas ou complementadas quando solicitado pelos titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da Cláusula VIII desta Escritura de Emissão, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento pela Emissora de notificação por escrito, neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário;
- (xx) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nas Garantias, sem prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (xxi) constituição, a qualquer tempo, de quaisquer garantias reais ou ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos da Emissora, ainda que sob condição suspensiva, ou, ainda, constituição de garantias fidejussórias, em valor acumulado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo:

- (a) mediante autorização prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; (b) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; (c) para fins de constituição de garantias exigidas pelo credor do Contrato de Financiamento; e (d) para fins de constituição de garantias para contratação de financiamento junto ao BNDES, no valor, individual ou agregado, de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exclusivamente para fins de investimentos em reforços autorizados pela ANEEL, conforme a Resolução nº 4.916, desde que, em todas as hipóteses acima, sejam compartilhadas com os Debenturistas;
- (xxii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;
- (xxiii) realização de outros investimentos que não os relacionados ao Projeto, ressalvados os investimentos permitidos pelo Contrato de Concessão;
- (xxiv) mudança ou alteração do objeto social da Emissora de modo que a atividade da Emissora deixe de ser exclusivamente a implantação e execução do Projeto;
- (xxv) mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora, por qualquer meio, sem prévia autorização de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (xxvi) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem prévia autorização de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (xxvii) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;



- (xxviii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, falsas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão, ou pela Emissora ou pelas Acionistas nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta Restrita, conforme o caso;
- (xxix) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de aspectos relevantes desta Escritura de Emissão, e/ou dos Contratos de Garantia, desde que não revertida em 30 (trinta) Dias Úteis;
- (xxx) descumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, transitada em julgado, de natureza condenatória pela Emissora em valor unitário ou agregado igual ou superior ao equivalente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a Data da Emissão até a data de prolação da decisão, ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (xxxi) venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de ativos pela Emissora em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) individualmente, ou em séries de operações, ressalvadas as hipóteses de: (a) substituição em razão de desgaste e/ou depreciação e (b) atualização em razão de obsolescência;
- 5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 3 (três) Dias Úteis da sua ocorrência. O descumprimento deste dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.
- 5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv), e (v) da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou de qualquer forma de notificação à Emissora.
- 5.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.3 acima), o Agente

Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

- 5.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula VIII e seguintes desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão.
- 5.6. Na hipótese: (a) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.3 acima por falta de quórum; ou (b) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.4 acima por deliberação de titulares das Debêntures que representem os quóruns de aprovação previstos na Cláusula 5.5 acima; ou (c) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior; o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente notificação com aviso de recebimento à Emissora ("Notificação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado, efetue o pagamento do valor correspondente ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão ("Saldo na Data do Evento de Inadimplemento").
- 5.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula V, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP, informando o vencimento antecipado.
- 5.9. Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, em Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora



ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida e taxa de juros assumidas pela Emissora perante o BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento, com ou sem alteração da taxa de juros do Contrato de Financiamento, nos termos do Contrato de Financiamento, desde que (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e remuneração das Debêntures e (ii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES.

- 5.10. Também não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia em Assembleia Geral de Debenturistas os pagamentos (o que não inclui a distribuição de dividendos) realizados pela Emissora às Acionistas por valores devidos no âmbito dos contratos de operação, manutenção e/ou construção do Projeto celebrados entre Emissora e as Acionistas em condições de mercado, na forma da Resolução Normativa ANEEL 699/2016 ou norma que a substitua, e regulamentação aplicável ("Contratos do Projeto").

## **CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

- 6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
    - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em 10 (dez) dias após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e de parecer de um dos seguintes auditores independentes com registro válido na CVM: PriceWaterhouse Coopers Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ou Ernst & Young Auditores Independentes S/S;
    - (b) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo B à Escritura de Emissão, devidamente apurados pelos auditores

independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração, assinada por representante legal com poderes para tanto, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura de Emissão e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (iv) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados; e (d) organograma do grupo societário da Emissora;

(b) dentro de 3 (três) Dias Úteis do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora (o referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social) a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

(c) dentro de até 1 (um) Dia Útil após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação; e

(d) em até 5 (cinco) Dias Úteis da data dos respectivos registros e averbações: (a) 1 (uma) via original devidamente registrada nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos dos eventuais aditamentos aos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias; e (b) 1 (uma) via original devidamente registrada na JUCESC de eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão.

(ii) informar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições



financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

- (iii) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, impondo sanções ou penalidades que possam resultar na ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem, de modo adverso e relevante (a) o Projeto, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora, (b) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive, sem limitação, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Compartilhamento de Garantias ou os Contratos de Garantias; ou (c) a capacidade da Emissora em cumprir pontualmente suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas ("Impacto Adverso Relevante");
- (iv) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (d) manter os documentos mencionados na alínea "c" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil, ao Coordenador Líder da Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e (g) fornecer tempestivamente as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

- (v) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no CETIP21, conforme o disposto nas respectivas regulamentações;
- (vi) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (a) Banco Liquidante e o Escriturador; (b) Agente Fiduciário; e (c) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- (vii) manter atualizados e em ordem os livros e registros societários da Emissora;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutária, legais e regulamentares em vigor;
- (x) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo Projeto, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;
- (xi) obter, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de subscrição e integralização das Debêntures, a classificação de risco (*rating*) definitiva das Debêntures pela Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina e enviar a referida súmula ao Agente Fiduciário tempestivamente, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco: (a) atualizar anualmente, a partir da primeira obtenção, até a Data de Vencimento das Debêntures o relatório da classificação de risco elaborado; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja, ou seja, impedida de



emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (aa) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's ou (bb) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco;

- (xii) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade do Contrato de Financiamento, bem como em condições ao menos *pari passu* àquelas do Contrato de Financiamento;
- (xiii) permitir inspeção das obras do Projeto por parte de representantes do Agente Fiduciário ou terceiros por este contratados às expensas da Emissora, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;
- (xiv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xv) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xvi) fornecer tempestivamente todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CETIP;
- (xvii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação e regulamentação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (xviii) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; (c) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Liquidante; e (d) quaisquer custos oriundos da constituição e manutenção das Garantias e do Contrato de Compartilhamento de Garantias;

- (xix) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xx) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos e contribuições previdenciárias que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;
- (xxi) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que esteja relacionado ou possa resultar no desenquadramento do Projeto como prioritário, nos termos da Lei 12.431;
- (xxii) obter e manter em vigor, até a liquidação de todas as obrigações desta Escritura de Emissão, todas as autorizações suficientes para a plena implantação e operação do Projeto;
- (xxiii) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias Reais prevista nesta Escritura de Emissão;
- (xxiv) constituir e manter, conforme regulamentado no Contrato de Cessão Fiduciária: (i) Conta Pagamento das Debêntures, cujo saldo será utilizado para realizar os pagamentos devidos nesta Escritura de Emissão e que deverá ser preenchida ao longo do período dos 6 (seis) meses anteriores a cada Data de Pagamento de Juros Remuneratórios ou Data de Amortização, com parcelas mensais equivalentes a 1/6 (um sexto) do somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente de forma que a Conta Pagamento das Debêntures esteja integralmente preenchida no dia imediatamente anterior à data do vencimento de cada prestação da parcela do valor de Juros Remuneratórios e/ou Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado; e (ii) Conta Reserva das Debêntures, que deverá conter a todo momento



saldo mínimo equivalente ao somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios, devendo o primeiro preenchimento ser realizado em até 1 (um) Dia Útil contado da data de integralização das Debêntures. Para o preenchimento de ambas as contas utilizar-se-á a projeção do IPCA divulgada pelo BACEN correspondente à projeção média de mercado do IPCA divulgada no Boletim FOCUS do BACEN no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo;

- (xxv) convocar, nos termos da Cláusula VIII desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (xxvi) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (xxvii) manter todos os seus ativos relevantes em boas condições e aptos para o uso a que se destinam até o término de sua vida útil;
- (xxviii) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes do Contrato de Financiamento, desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento de Garantias e dos demais instrumentos relacionados no âmbito da Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência;
- (xxix) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis de sua ocorrência, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, gerando um Impacto Adverso Relevante (conforme definido na Cláusula 9.1, inciso (viii) abaixo) nas atividades da Emissora;
- (xxx) caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal, bem como notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua ciência, acerca de tal ação;

- (xxxi) ressarcir os Debenturistas, independentemente de culpa, de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente do Projeto, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que estes venham a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
- (xxxii) manter vigentes as apólices de seguros de forma compatível com os padrões exigidos pelo Contrato de Concessão e pelo Contrato de Financiamento para a cobertura do Projeto, incluídos os seguros previstos no contrato de financiamento de equipamentos e materiais para a implantação do Projeto, e sempre renová-las ou substituí-las, por novas apólices até 30 (trinta) dias antes de sua data de vencimento, de maneira substancial com os mesmos termos e condições anteriormente contratados;
- (xxxiii) cumprir todas as leis, regras, regulamentos, inclusive socioambientais, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xxxiv) cumprir as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto;
- (xxxv) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (xxxvi) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (xxxvii) aportar os recursos próprios previstos para a execução do Projeto, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários: (i) à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do Projeto; e (ii) à conclusão do Projeto, conforme o cronograma de implantação, inclusive para a correção de eventuais atrasos na obra e falhas na implementação do Projeto;
- (xxxviii) anteriormente a qualquer resgate, amortização de ações, ou distribuição, pela Emissora, de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto com relação aqueles pagamentos realizados aos Acionistas no âmbito dos Contratos do Projeto, conforme Cláusula 5.10

acima), cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, apresentar ao Agente Fiduciário o valor do ICSD Projetado, por meio de declaração assinada, conjuntamente, pelo Diretor Financeiro e pelo Diretor de Operações da Emissora acompanhado de memória descritiva de cálculo;

- (xxxix) informar ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da sua realização, qualquer alteração de prazo, de valor ou de qualquer outro aspecto relevante dos Contratos do Projeto que possam afetar negativamente a solvência da Emissora, do Projeto ou da Emissão, ou ainda, causar à Emissora, ao Projeto ou à Emissão um Impacto Adverso Relevante;
- (xl) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações relacionados à Oferta Restrita e exigidos pela Instrução CVM 476;
- (xli) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência, de que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo: (a) fornecer cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos; e (b) apresentar ao Agente Fiduciário assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência ou afins eventualmente celebrados, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou os

respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos; e

- (xlii) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo.

## **CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **7.1. Nomeação**

7.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas perante a Emissora e declara que:

- I. conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, bem como assume integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão, incluindo os termos e condições nela presentes;
- II. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários, necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



- VI. está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes, em especial da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- VII. não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, e ainda conforme demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- VIII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- IX. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- X. que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- XI. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em emissões do grupo societário da Emissora; e
- XII. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora.

## **7.2. Substituição**

- 7.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la.

- 7.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea (ii) da Cláusula 7.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 7.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 7.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESC e, se for o caso, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes.
- 7.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 7.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M/FGV.
- 7.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 7.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas

ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

- 7.2.8 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

### **7.3. Deveres**

- 7.3.1 Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (v) informar os Debenturistas sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
- (vi) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vii) acompanhar o cálculo e a apuração da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios das Debêntures e da amortização programada, nos termos desta Escritura de Emissão;

- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais observado o disposto na Cláusula 4.16 acima, observando, ainda, a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (x) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo:
  - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
  - (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (xi) colocar o relatório de que trata a alínea (x) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora e no seu escritório;



- (xii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xiii) comunicar a Emissora e o credor do Contrato de Financiamento acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures;
- (xiv) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada às Garantias Reais;
- (xv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (xvi) solicitar, quando considerar necessário ou conforme solicitação dos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xvii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (xx) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;

- (xxi) encaminhar aos Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis a contar da solicitação, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada e/ou recebida;
- (xxii) disponibilizar o Valor Nominal Atualizado e os Juros Remuneratórios das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores; e
- (xxiii) tomar todas as providências necessárias para exercício dos direitos e obrigações ao Agente Fiduciário atribuídas no âmbito desta Escritura de Emissão.

#### **7.4. Atribuições Específicas**

- 7.4.1 Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:
- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula 5.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
  - (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
  - (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
  - (iv) cobrar o pagamento e o fiel cumprimento das Garantias Reais, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão, respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias;
  - (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.



- 7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i), (ii), (iii) e (iv) da Cláusula 7.4.1 acima, após deliberação tomada na Assembleia Geral de Debenturistas, por unanimidade das Debêntures em Circulação, nos termos da Cláusula VIII. Na hipótese do inciso (v), será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.
- 7.4.3. Ressalvadas as situações previamente aprovadas por meio desta Escritura de Emissão, os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo.
- 7.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
- 7.4.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e alterações posteriores, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

## 7.5. Remuneração do Agente Fiduciário

- 7.5.1. Será devido pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), devidas pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.
- 7.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 7.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.5.1 acima será atualizada anualmente com base na variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- 7.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 7.5.5. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) ISS (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 7.5.6. Os serviços propostos são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e Lei das Sociedades por Ações, bem como os descritos nesta Cláusula VII.



7.5.7. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplementos não sanados pela Emissora.

## 7.6. Despesas

7.6.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, sendo que para aquelas de caráter de urgência e/ou emergencial não aprovadas previamente pela Emissora, o Agente Fiduciário desde já se compromete a realizá-las de forma razoável e observados os padrões de mercado, quais sejam: publicações em geral, despesas cartorárias, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.

7.6.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário. Também será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.

7.6.3. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 7.6.1 e 7.6.2 acima, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais

56

despesas aprovadas e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas: (i) sem a prévia autorização da Emissora no caso da Cláusula 7.6.1; (ii) em discordância com os critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (iii) em discordância com a função fiduciária que lhe é inerente.

- 7.6.4. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas cláusulas acima.

## **CLÁUSULA VIII**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

#### **8.1. Disposições Gerais**

- 8.1.1. À assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, e, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas, podendo ser realizadas de forma presencial, por conferência telefônica, video conferência ou por qualquer outro meio de comunicação de acordo com o previsto em lei.

- 8.1.2. Os Debenturistas detentores de Debêntures em Circulação, reunir-se-ão em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, que se realizará com a participação dos titulares das Debêntures, observando-se os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de deliberarem sobre todas as matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas.

#### **8.2. Convocação**

- 8.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou pelos Debenturistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.
- 8.2.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.1.1 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes



da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

- 8.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.
- 8.2.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.2.5. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

### **8.3. Quórum de Instalação**

- 8.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade mais uma, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum das Debêntures em Circulação.
- 8.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades controladoras da Emissora (direta ou indiretas), bem como de sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.



#### 8.4. Quórum de Deliberação

- 8.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 5.6 acima e nas Cláusulas 8.4.2 e 8.4.3, abaixo, ou, ainda, pelos demais quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Debenturistas que representem pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, pela maioria dos Debenturistas presentes na referida Assembleia.
- 8.4.2. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas titulares **de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação**, aprovar, em primeira convocação ou em segunda convocação: (A) qualquer modificação relativa às características das Debêntures que impliquem em alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures; (ii) das Datas de Incorporação, das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (iii) das Datas de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures; (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento; (vi) da alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão; (vii) das disposições desta cláusula; (viii) das Garantias; (ix) criação de evento de repactuação; (x) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo ou amortizações antecipadas facultativas; e (xi) da espécie das Debêntures; e (B) a não declaração de vencimento antecipado automático das Debêntures.
- 8.4.3. A renúncia ou perdão temporário (*waiver*) em caso de qualquer inadimplemento das obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá de deliberação favorável de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, pela maioria dos Debenturistas presentes.
- 8.4.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.



8.4.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.4.6 O Agente Fiduciário está autorizado a assinar, sem que isto dê ensejo à necessidade de prévia anuência por Assembleia Geral dos Debenturistas, os aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e aos Contratos de Garantia a serem celebrados e desde que tais aditivos estejam anexos como modelo nos respectivos contratos originais, em decorrência da celebração de novo instrumento de financiamento entre o BNDES e a Emissora para fins de investimento em reforços autorizados pela ANEEL em decorrência da Resolução 4.916, conforme previsto na Cláusula 4.17.1 acima.

#### **8.5. Mesa Diretora**

8.5.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes (podendo, para tal finalidade, ser eleito o representante do Agente Fiduciário presente a qualquer Assembleia Geral de Debenturistas) ou àqueles que forem designados pela CVM.

### **CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

9.1. A Emissora declara e garante, cada qual, que:

- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (ii) está devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento de Garantias e o Contrato de Distribuição, conforme o caso, e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento de Garantias e o Contrato de Distribuição têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo

mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento de Garantias e do Contrato de Distribuição e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Concessão, do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelos bens objeto das Garantias Reais; (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos ou; (d) violação de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete quaisquer de seus bens e propriedades;
- (v) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Compartilhamento de Garantias constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil");
- (vi) detêm, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive as ambientais) relevantes para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas e vigentes;
- (vii) as ações a serem empenhadas e os direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula 4.16 desta Escritura de Emissão existem, são de sua titularidade, e estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, exceto pelas próprias Garantias Reais a serem constituídas conforme previsão desta Escritura de Emissão e pelas garantias constituídas no âmbito do Contrato de Financiamento;
- (viii) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar na ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem, de modo adverso e relevante (a) o Projeto, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora, (b) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive, sem limitação, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Compartilhamento de Garantias e os Contratos de Garantia; ou (c) a capacidade da Emissora em cumprir



pontualmente suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas ("Impacto Adverso Relevante");

- (ix) em relação à Emissora, seu balanço patrimonial e a correspondente demonstração de resultado, incluindo as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 apresenta de maneira adequada a situação financeira da Emissora na aludida data e o resultado operacional da Emissora referente ao período encerrado em tal data. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras ou das informações trimestrais mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e no resultado operacional em questão que não tenha sido devidamente sanado pela Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social da Emissora e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo;
- (x) não possui conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive de natureza ambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto que possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xi) não possui qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xii) observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, de forma que: (a) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (b) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (c) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (d) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (e) detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação

ambiental aplicável; e (f) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;

- (xiii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto: (a) pelo registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de integralização das Debêntures, (b) pelo arquivamento, na JUCESC, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora e das Acionistas que aprovaram a Emissão, as Garantias e a Oferta Restrita; (c) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESC; e (d) celebração e registro, conforme o caso, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xiv) as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os Investidores Profissionais interessados em subscrever ou adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (xv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento dos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures;
- (xvi) cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- (xvii) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria;
- (xviii) possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;

- (xix) apresentou ou fez com que fossem apresentadas todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por suas controladas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto em relação àquelas matérias que estejam sendo, de boa-fé, discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora e não afetam o andamento do Projeto ou a operação da Emissora e não possam causar à Emissora um Impacto Adverso Relevante;
- (xx) possui todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (xxi) mantém todos seus bens materiais, em especial os equipamentos imprescindíveis à continuidade da prestação dos serviços objeto do Contrato de Concessão, adequadamente segurados por companhias de seguro de primeira linha, conforme práticas correntes de mercado, ou vale-se de estruturas de autosseguro;
- (xxii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração dos índices descritos nesta Escritura de Emissão e a forma de cálculo da Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das Debêntures, acordados por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xxiii) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xxiv) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios; e

- (xxv) A Emissora declara, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, que está cumprindo as leis, regulamentos e políticas anticorrupção a que está submetida, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade governamental a que esteja sujeita, que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas corruptas, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. A Emissora compromete-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## **CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **10.1. Comunicações**

- 10.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE**

Rua Deputado Antonio Edu Vieira, nº 999, sala Z, Pantanal  
Florianópolis, SC, CEP 88040-901

At.: Sérgio Camps de Moraes

Tel.: +55 (48) 3231-7455

E-mail: sergio@tsle.com.br



Para o Agente Fiduciário:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-102

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro

Sra. Marcelle Motta Santoro

Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: +55 (21) 3385-4565

Fac-símile: +55 (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador:

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara

Osasco - SP, CEP 06029-900

At.: Debora Andrade Teixeira / Sr. Douglas Marcos da Cruz

Tel.: + 55 (11) 3684.9492 / + 55 (11) 3684-7691

E-mail: debora.teixeira@bradesco.com.br / douglas.cruz@bradesco.com.br

Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.031-170

Tel.: + 55 (21) 2276-7474

Fax: + 55 (21) 2252-4308/2262-5481

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo – SP, CEP 01.452-001

Tel.: + 55 (11) 3111-1596

Fax: + 55 (11) 3115-1564

Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para

os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

- 10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

## **10.2. Renúncia**

- 10.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## **10.3. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas**

- 10.3.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 10.3.2. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja (a) qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

## **10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**



10.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

#### **10.5. Cômputo do Prazo**

10.5.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### **10.6. Despesas**

10.6.1. A Emissora arcará com todos os custos da Emissão, inclusive: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento de Garantias e os atos societários da Emissora.

#### **10.7. Lei Aplicável**

10.7.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### **10.8. Boa fé e equidade**

10.8.1 As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.



#### **10.9. Foro**

10.9.1. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2016.

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinatura)*

 69 

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE")

**TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE**

  
Nome: **Sérgio Camps de Moraes**  
Cargo: **Diretor Adm/Financeiro**

  
Nome: **Carlos M. M. Matos**  
Cargo: **Diretor Técnico**



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
CERTIFICO O REGISTRO EM 10/01/2017 SOB Nº ED002593000  
Protocolo: 16/860240-7, DE 22/12/2016

Empresa: 42.3 0003794-0  
TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA  
DE ENERGIA S/A - TSLE

  
**GERSON ANTONIO BASSO**  
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE")

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Nilsimara Oliveira  
Cargo: Kojo Ferreira  
Procuradora

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Aline Mateus de Souza  
CPF: 392 967 108 55

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Luiz Brito  
CPF: 035042329-60

## ANEXOS

A – Portaria nº 401 expedida pelo Ministério de Minas e Energia, em 12 de novembro de 2013;

B – Metodologia de Cálculo para Apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).



ANEXO A

Portaria nº 401 expedida pelo Ministério de Minas e Energia, em 12 de novembro de 2013





**Ministério de Minas e Energia**  
**Consultoria Jurídica**

**PORTARIA Nº 401, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.**

**O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º, da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.001687/2013-51, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritários os projetos de transmissão de energia elétrica, de titularidade da empresa Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.383.969/0001-29, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos nos projetos prioritários aprovados; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE, a ocorrência das situações que evidenciem a não implementação dos projetos aprovados nesta Portaria.

Art. 4º A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia dos atos autorizativos da operação comercial das instalações de transmissão de energia elétrica que integram os projetos aprovados nesta Portaria, emitidos pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, e na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EDISON LOBÃO**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.11.2013.

## ANEXO

<b>Projetos</b>	<p>Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, compostas por:</p> <p>I - Linha de Transmissão Nova Santa Rita - Povo Novo, em 525 kV, Circuito Simples, com extensão aproximada de duzentos e oitenta e um quilômetros, com origem na Subestação Nova Santa Rita e término na Subestação Povo Novo;</p> <p>II - Linha de Transmissão Povo Novo Marmeleiro, em 525 kV, Circuito Simples, com extensão aproximada de cento e cinquenta e quatro quilômetros, com origem na Subestação Povo Novo e término na Subestação Marmeleiro, sendo os quinze quilômetros dentro da Estação Ecológica do Taim, em Circuito Duplo;</p> <p>III - Linha de Transmissão Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar, em 525 kV, Circuito Simples, com extensão aproximada de cinquenta e dois quilômetros, com origem na Subestação Marmeleiro e término na Subestação Santa Vitória do Palmar;</p> <p>IV - Subestação Povo Novo 525/230 kV - 672 MVA, além dos Reatores de Linha e de Barra e respectivas Conexões de Reator, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Conexões de Transformador, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio;</p> <p>V - Subestação Marmeleiro 525 kV, com um Compensador Síncrono de <math>\pm 200</math> Mvar (incluindo seu Transformador, Conversor de Partida, Conexões e demais Equipamentos a ele associados), além dos Reatores de Linha e de Barra e respectivas Conexões de Reator, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Conexões de Transformador, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio;</p> <p>VI - Subestação Santa Vitória do Palmar, 525/138 kV - 75 MVA, além dos Reatores de Linha e de Barra e respectivas Conexões de Reator, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Conexões de Transformador, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; e</p> <p>VII - um Trecho de Linha de transmissão em 230 kV, Circuito Duplo, com extensão aproximada de dois quilômetros, compreendidos entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão Camaquã 3 - Quinta, em 230 kV e a Subestação Povo Novo, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Povo Novo e a aquisição dos Equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Camaquã 3 e Quinta.</p>	
<b>Tipo</b>	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica.	
<b>Leilão</b>	Leilão nº 05/2012-ANEEL, realizado em 6 de junho de 2012.	
<b>Ato Autorizativo</b>	Contrato de Concessão nº 020/2012-ANEEL, de 27 de agosto de 2012.	
<b>Titular</b>	Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE.	
<b>CNPJ</b>	16.383.969/0001-29.	
<b>Pessoas Jurídicas integrantes da SPE</b>	<b>Razão Social:</b> Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	<b>CNPJ/MF:</b> 00.073.957/0001-68; e 92.715.812/0001-31.
<b>Localização</b>	Estado do Rio Grande do Sul.	
<b>Setor</b>	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
<b>Identificação do Processo</b>	48000.001687/2013-51.	

## ANEXO B

### **Metodologia de Cálculo para Apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)**

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras (de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) anuais auditadas, com base em períodos de verificação a cada ano civil, a saber:

#### **A) Geração de caixa da atividade**

(+)	LAJIDA (EBITDA);
(-)	Pagamento de Imposto de Renda;
(-)	Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

#### **B) Serviço da Dívida (\*1)**

(+)	Amortização do Valor Nominal Unitário;
(+)	Pagamento de Juros Remuneratórios.

(\*1) O serviço da dívida engloba os pagamentos de juros e amortização de principal decorrentes da dívida decorrente das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Financiamento e de todas e quaisquer outras dívidas da Emissora.


#### **C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (A) / (B)**

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-)	Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda;
(+/-)	Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo;
(+/-)	Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo;
(+)	Depreciações e Amortizações;
(+/-)	Perdas (desvalorização) por <i>Impairment</i> / Reversões de perdas anteriores;
(+/-)	Resultado com operações descontinuadas Negativo / Positivo;
(-)	Outras receitas operacionais; (*2)
(+)	PIS e COFINS diferidos no exercício por conta da aplicação da ICPC 01; (*3)
(-)	Margem de construção (Receita de construção - Custo de construção); (*4)
(-)	Receita com Ativo Financeiro da Concessão; (*5)
(-)	Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção nas atividades de transmissão de energia elétrica; (*5)
(+)	Receita Anual Permitida no exercício (neste montante deve estar considerado a

	respectiva parcela do PIS e COFINS bem como as demais deduções da Receita Operacional Bruta atinentes às atividades de transmissão); (*5)
(+/-)	Outros Ajustes IFRS. (*6)

- (\*2) Outras receitas operacionais tais como ganho com plano de previdência privada, lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível, a título meramente exemplificativo.
- (\*3) O valor referente ao pagamento, dentro do exercício apurado, de Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS diferidos em exercícios anteriores deverá ser diminuído da conta do LAJIDA (EBITDA).
- (\*4) Eliminar o efeito positivo da margem de construção (ICPC 01/ IFRIC 12).
- (\*5) Deverá ser desconsiderado qualquer resultado positivo na Demonstração do Resultado do Exercício cuja contrapartida seja o Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01/ IFRIC 12) e Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção (ICPC 01/ IFRIC 12) que não representam efetiva entrada de caixa operacional ou que ultrapassem os valores efetivamente recebidos através da Receita Anual Permitida.
- (\*6) Os "Outros Ajustes IFRS" consistem na adição de eventuais despesas que não impliquem efetiva saída de caixa operacional, bem como na subtração de eventuais receitas que não impliquem efetiva entrada de caixa operacional.

 75

